

TOPOI ARGUMENTATIVOS NOS PROVÉRBIOS E DITOS POPULARES

Tatiana Souza Magioli (UFF – FAMA)

RESUMO

Este trabalho inclui-se no estudo da Linguística da Enunciação. Focalizar-se-á a teoria da argumentação e as formas tópicas que a ela se atribui. A partir das inferências dos provérbios, com a presença de conectivos e operadores, tem-se a finalidade de se descobrir a gradualidade do “lugar comum argumentativo” – o *topos*, que especificarão a forma tópica a ser utilizada. Pode-se dizer que antes mesmo da palavra expedir seu significado, esta se associa a um *topos*, porque a argumentação está na língua, uma vez que todo enunciado possui, seguramente, uma conclusão, fundada na invocação de um *topos*.

Palavras-chave: Provérbio. Argumentação. *Topos*.

A MARCA DA GRADUALIDADE NOS PROVÉRBIOS POPULARES

Como objeto deste trabalho, serão abordados, minuciosamente, alguns provérbios populares, a fim de mostrar que estes possuem o valor de verdade também fundamentado num *topos*¹⁵ argumentativo.

A definição de provérbio encontrada nos dicionários faz-se necessária para este estudo. Encontra-se como definição nos dicionários: *frase curta, de origem popular que sintetiza um conceito a respeito da realidade ou uma regra social ou moral; ditado popular; sentença moral; máxima expressa em poucas palavras; anécdotas, etc.*

¹⁵ **tópos** — A palavra *topos* (plural, *topoi*) foi emprestada do grego. Ela corresponde ao latim *locus communis*, de que resultou *lugar comum*. (1) Fundamentalmente, um *topos* é um *elemento de uma tópica, sendo uma tópica* heurística, uma arte de coletar informações e fazer emergirem argumentos. (2) Um *tópos* é um esquema discursivo característico de um tipo de argumento. A época contemporânea juntou novas acepções a esses sentidos de base. (Chauvaud, 2004:474)

“Compreendo os *topoi* muito mais como possibilidades discursivas, como possibilidades de encadeamentos discursivos, e quando afirmo que uma palavra é um feixe de *topoi* (‘paquet de *topoi*’), entendo por isso que ela abre um leque de encadeamentos possíveis”. (Ducrot, em entrevista à Revista Delta, em fevereiro de 1998)

Tais definições nos conduzem a algumas verdades: a *moral*, por exemplo, é um conjunto de valores como a honestidade, a bondade, a virtude, considerados universalmente como norteadores das relações sociais de conduta dos homens. Os provérbios são, em geral, moralizantes; *ditado popular*, ditado é uma verdade de valor geral, que unido à palavra popular, tem-se como a verdade do povo, a voz do povo; *máximas* são regras ou princípios morais.

Devido ao caráter popular dos provérbios, estes são considerados a “voz do povo”, a “voz da verdade”, o qual se pode comprovar com um provérbio bastante comum: “A voz do povo é a voz de Deus”. Todavia, não só a história e o reconhecimento popular conferem ao provérbio um caráter persuasivo, há também elementos importantes, que reforçam o poder de argumentação do enunciado proverbial. É bastante provável que um mesmo provérbio possua diferentes argumentações de acordo com os vários contextos em que são empregados.

Incontestavelmente, a origem dos provérbios se fixa na sabedoria popular, porquanto estes fazem parte do folclore cultural de cada povo. Os provérbios não possuem data nem autor. Suas manifestações vêm de geração a geração concretizando-se do passado ao presente.

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

O corpus utilizado para este estudo são provérbios do discurso cotidiano. Deter-nos-emos no estudo da lingüística da enunciação, da pragmática e da semântica discursiva, com base nos trabalhos de Bakhtin, Koch e Fiorin, sobretudo, Maingueneau e Ducrot.

A partir dos estudiosos relacionados, verifica-se que a relação entre enunciação e interação social é inseparável, primordialmente no que diz respeito ao estudo dos provérbios.

Os provérbios são formas cristalizadas pela comunidade, evidenciando, como chama Maingueneau (1987), uma “citação de autoridade”, visto que são enunciados conhecidos por uma coletividade e, não podem ser abreviados, nem reformulados, pois “constituem a própria palavra em sua fonte”. Em “A justiça de Deus tarda, mas não

falha”, além do provérbio, como uma máxima, há a figura de Deus como autoridade, que denota valores de verdade, expressando a voz do povo, manifestando a sabedoria popular num determinado meio social.

Os enunciados proverbiais constituem um tipo de gênero discursivo, formado, em sua maioria, por estruturas curtas e binárias, o que facilita a memorização, pois possuem, além da estabilidade temporal, rimas, figuras de linguagem e simetria sintático-semântica.

Para que o provérbio não perca sua verdade absoluta e seu caráter de citação de autoridade, é preciso ser reconhecido e compartilhado por seus interlocutores, que devem ser capazes de desvendar os implícitos para revelar seu sentido.

No exemplo do provérbio “macaco velho não mete a mão em cumbuca” é cristalizada a idéia de que aquele que tem experiência de vida não comete imprudências; assim também “gato escaldado tem medo de água fria”, refere-se às lembranças de que más experiências nos tornam, com o passar do tempo, cautelosos e prudentes.

Essas são, portanto, as mensagens convencionalizadas as quais dependem da interpretação adequada do destinatário. Como diz Maingueneau (2004) “os provérbios permanecem estáveis através dos tempos”, “sendo interpretáveis fora de qualquer contexto singular”, caso não ocorra a interpretação, o provérbio não alcançará seu valor.

Destarte para que os provérbios sejam entendidos como tais é preciso que haja uma competência discursivo-pragmática, inclusive naqueles que possuem operadores argumentativos, dos quais se fará valer o *topos* inferido, uma vez que este é, assim como os provérbios, uma verdade institucionalizada, um lugar comum.

Ducrot introduziu o termo ‘operadores argumentativos’, para se referir, na Semântica da Enunciação, aos conectores da Sintaxe. Para tanto, analisar-se-ão os provérbios e seus respectivos *topoi* sob a óptica deste autor, na qual o semanticista teoriza que “a argumentação está na língua”, tendo como foco de interesse a questão da argumentação.

A PERSUASÃO

Persuadir é a tentativa de levar o outro a aceitar determinada questão, assunto, conhecimento, aceitando-a como verdade. Segundo Fiorin (2004:52),

A finalidade última de todo ato de comunicação não é informar, mas persuadir o outro a aceitar o que está sendo comunicado. Por isso o ato de comunicação é um complexo jogo de manipulação com vistas a fazer o enunciatário crer naquilo que se transmite.

Os provérbios possuem importância no contexto social por serem eles mesmos, verdades absolutas de conhecimento universal e trazem ora explícita, ora implícita essa tentativa de persuasão. Os provérbios são invocados como tradição e autoridade, na qual o enunciador não possui voz, fazendo-se omitir diante da opinião geral, contrariando a posição superior e de responsabilidade que exerce junto ao destinatário. O falante não tem a voz, mas passa a autoridade - Característica da propriedade da generalidade, prevista por Ducrot.

Há provérbios que possuem um teor de verdade tão forte, que não há espaço para contestação. A sua argumentação é tão absoluta e precisa que o destinatário não oscilará em aceitar a mensagem, que será recebida sem refutação, devido ao seu caráter convincente.

Vejam-se alguns provérbios que possuem seu caráter inflexível:

(1) Contra a morte não há reza forte.

Por ser a morte, algo inevitável, esse raciocínio não admite ponderações.

(2) De grão em grão a galinha enche o papo.

A economia também é um meio de enriquecimento e, mesmo que seja de pouco em pouco, um dia se consegue o que quer.

(3) A verdade é como o azeite, sempre vem à tona.

A presença das palavras *verdade* e *sempre* transmite ao provérbio um caráter rígido e concludente, característica irretocável nos provérbios.

Pode-se observar que as palavras contidas nos provérbios, em sua maioria, possuem sentido conotativo e não-literal. São as chamadas figuras de retórica ou figuras de linguagem, característica importante nos provérbios para despertar interesse no destinatário.

Em alguns provérbios, percebem-se características de caráter variante, todavia, a idéia como é colocada pelo enunciador ratifica apenas uma idéia, mesmo havendo a impressão de mais de uma possibilidade. Esses são, principalmente, os provérbios com operadores argumentativos.

Vejam-se os exemplos:

(4) A língua não é de aço, mas fere.

Com a presença de figuras de linguagem, pode-se ter, no exemplo (4), a conclusão de que, por não ser de aço, a língua não causará estragos, contudo, o conectivo “mas” carrega na segunda oração a verdade imposta pelo enunciador, de que a língua “fere”. De acordo com o livro dos provérbios (Souza, 2001) “As feridas causadas por uma língua maledicente são difíceis de cicatrizar”.

Nos exemplos (5 e 6) abaixo, percebe-se um implícito na primeira asserção de base, o qual é refutado com a presença da contra-expectativa, representada pelo operador argumentativo “mas”.

(5) A justiça tarda, mas não falha.

(6) Deus dá farinha, mas não amassa o pão.

Em (5) há a possibilidade de que a justiça demora a acontecer, todavia, a verdade imposta é a de que ela sempre acontece. Em (6), a contra-expectativa mostra que cada um deve buscar o seu próprio sustento com as oportunidades recebidas. O operador “mas” transporta um argumento mais forte em contradição ao que fora mencionado anteriormente.

Há ainda, provérbios que figuram no caráter emocional e racional do destinatário. Nestes estão associados sentimentos, emoções, cautela, e possuem, também, caráter rígido, devido à imposição atribuída.

(7) Quem ama o perigo nele perecerá.

Essa máxima extraída da Bíblia (*Eclesiástico*, 3, 27) adverte aos que vivem com audácia, sem medo de correr riscos e, por isso, acabam por encontrar o mal. (Quem o mal procura o mal encontra). Os outros exemplos abaixo também remetem para razão e/ou emoção, mantendo implícito algum valor ou verdade.

(8) Vão-se os amores, ficam as dores.

(9) A paixão cega a razão.

(10) As aparências enganam. (Quem vê cara não vê coração).

A persuasão é presente na argumentação, porque é “o modo de convencer alguém sobre a verdade de certos fatos ou a necessidade de tomar certas atitudes” (Guimarães, 2005: 78).

A argumentação é vista como o dito que não foi dito no acontecimento, um implícito, que será levado à questão do *topos*.

Para Koch (2003: 64),

Ao usar-se um provérbio, produz-se uma “enunciação-eco” de um número ilimitado de enunciações anteriores do mesmo provérbio, cuja verdade é garantida pelo enunciador genérico, representante da opinião geral, da *vox populi*, do saber comum da coletividade.

A VOZ DO POVO: A QUESTÃO POLIFÔNICA

Polifonia pode ser entendida como o fenômeno pelo qual, num mesmo discurso, é possível reconhecer várias “vozes”. Esta idéia foi introduzida, nas ciências da linguagem, por Mikhail Bakhtin e desenvolvida ordenadamente por Oswald Ducrot.

O primeiro considera que “a língua é deduzida da necessidade do homem de auto-expressar-se, de objetivar-se. A essência da linguagem nessa ou naquela forma, por esse ou aquele caminho se reduz à criação espiritual do indivíduo” (Bakhtin, 2003: 270).

Para Bakhtin (*Apud* Koch, 2003: 64), “a palavra é o produto da relação recíproca entre falante e ouvinte, emissor e receptor. Cada palavra expressa o ‘um’ em relação com o outro. O Eu se constrói constituindo o Eu do Outro e por ele é constituído”.

Em ambos os autores, o termo polifonia constitui vozes do eu e do outro no processo do enunciado. Nos provérbios, essa polifonia ocorre de forma especial e menos visível, visto que se trata da ‘voz do povo’, nos quais não há originalidade no discurso.

Segundo Maingueneau (2004: 169), “o enunciador apresenta sua enunciação como uma retomada de inumeráveis enunciações an-

teriores, as de todos os locutores que já proferiram aquele provérbio”. O provérbio é, portanto, de natureza polifônica, já que seu enunciado fora produzido outrora por distintos enunciadores, conferindo à voz do povo, toda a obrigação e a responsabilidade por proferi-lo.

Ducrot (1987) inicia uma teoria que distingue “sujeito falante”, “locutor” e “enunciador” do enunciado. O sujeito falante se encaixaria no produtor físico do falar, possibilitando criar o enunciado através do processo físico-mental. O locutor seria o responsável pelo ato ilocutório¹⁶, pela enunciação, aquele a quem se deve atribuir a responsabilidade das intenções do que é produzido.

Nos provérbios, o enunciador pode, em seu ato ilocutório, fazer relações de certos elementos lingüísticos às pessoas do discurso, inclusive, fazendo referências na situação comunicativa. O enunciador pode ser também, concomitantemente, o locutor e o sujeito falante.

A presença do pronome QUEM é marca comum nos provérbios, tendo em vista que estes são enunciados cabíveis de referência a qualquer pessoa, a impessoalidade do pronome marca diferentes vozes, conferindo-lhe a questão da polifonia. Atente para análise dos provérbios:

(11) “Quem não arrisca, não petisca”.

(12) “Quem não se comunica, se trumbica”.

(13) “Quem não tem cão, caça com gato”.

(14) “Quem nasceu para força não morre afogado”.

(15) “Quem vê cara não vê coração”.

Em (11), (12), (13), (14) e (15), se o pronome estiver se referindo ao enunciador, com valor de ‘eu’, sendo o enunciador, também o enunciatário, o discurso é proferido na intenção de avisar, prevenir e até incutir valores pessoais. Já, se o pronome proferido representar o ‘tu’, outro que não seja, ao mesmo tempo enunciador e enunciatário, além de avisar, prevenir e incutir valores morais pode censurar e

¹⁶ Atos ilocutórios correspondem às diferentes ações que se podem realizar por meios linguageiros: prometer, ordenar, agradecer, criticar etc. (Charaudeau & Maingueneau, 2004: 73)

também ameaçar, caso seja utilizada uma entonação ríspida. Portanto, percebe-se que uma mesma enunciação pode trazer variadas vozes. A primeira avisa e previne, a segunda moraliza e a terceira voz censura e ameaça.

A negação proverbial

A polifonia vista por Ducrot, possui como exemplo de exce-lência, a negação. Logo, se há uma negativa, subentende-se que há, também, uma afirmativa. Há “vozes” do enunciador (E), que é, para Ducrot, o principal da polifonia, estabelecendo a perspectiva da enunciação. Essas “vozes” E1 e E2 possuem pensamentos com distintos pontos de vista.

Para marcar a negação proverbial, foram selecionados exem-plos que apresentam operadores negativos como “não”, “nem”, “nin-guém”, “nada”, a fim de se confirmar a hipótese de Ducrot de que “um enunciado traz, na sua significação, duas perspectivas opostas” (Guimarães, 2005: 60).

(16) Águas passadas não movem moinhos.

No exemplo acima, há vozes distintas, a primeira diria “água passada move moinho” e a outra que nega esta perspectiva, sendo esta última correspondente ao responsável pelo provérbio – o locutor (E2). Observa-se outro exemplo:

(17) Nem tudo que reluz é ouro, nem tudo que balança cai.

Tal provérbio pode ser comparado a outro: “As aparências enganam” e mesmo sendo sedutoras, são ilusórias na maioria das vezes. Há também, nesse provérbio, duas vozes distintas, a que afirma que aquilo que parece é; e a que nega essa afirmação. No exemplo (18) é natural a insatisfação do ser humano em relação ao que lhe fo-ra reservado.

(18) Ninguém está bem com a vida que tem.

Há, no enunciado acima, uma perspectiva que diz “estar bem com a vida que tem” e outra oposta a esta como sendo a posição do locutor. Assim também é o próximo exemplo.

(19) Quem tudo quer, nada tem.

A primeira “voz” (E1) afirma: “Quem tudo quer” – tem tudo. No entanto a outra “voz” nega essa possibilidade – “nada tem”, opondo-se a opinião de E1.

Pode-se verificar, nos enunciados proverbiais negativos mencionados, a presença de uma terceira voz. Além das vozes do enunciatador – lugar do qual se enuncia (E1) e do locutor – responsável pela negação (E2), há a voz do sujeito falante outrora citado como produtor físico.

Guimarães (2005: 61) afirma que

A importância da consideração dos enunciadores é crucial, pois são os enunciadores que marcarão a mobilização dos topoi na argumentação. A perspectiva enunciativa é que convoca um topos, e de tal modo que uma mesma forma pode convocar topoi diferentes, segundo as perspectivas constituídas na enunciação de um enunciado

A Semântica da Enunciação apresenta a negação como fator primordial para marcar a polissemia cuja diferença de significado será explicitada pela Semântica Discursiva e pela Pragmática.

A ARGUMENTAÇÃO ESTÁ NA LÍNGUA

Ducrot, precursor da semântica enunciativa, foi o responsável pelo estudo que trata da força argumentativa nos enunciados, denominando-as “operadores argumentativos”. Atribuiu-se aos argumentos um *topos* (lugar comum argumentativo) que possui três propriedades: a universalidade, a generalidade e a, considerada pelo autor a mais importante, gradualidade a qual implicará ao enunciado formas tópicas.

Nos exemplos (11, 12, 13, 14 e 15) citados no capítulo anterior estão presentes elementos que se sobressaem nos provérbios, relacionando um fato A que se dirige para uma consequência B, acompanhados do advérbio de negação que funciona como um operador argumentativo.

Em (11), há negação dupla: “Quem não A, não B”, em (12) e (13), tem-se a estrutura “Quem não A, B”, já em (14) e (15), a negação é inversa: “Quem A, não B”.

Sendo o provérbio uma fala cristalizada, uma verdade universal, a afirmação é fundamentalmente demonstrada na enunciação, podendo permitir um *topos* argumentativo.

O *topos* proverbial

Nos exemplos (20), (21), (22) e (23), abaixo relacionados, convivem vozes que representam um *topos*. Sendo estes, provérbios, já implicam a *universalidade* e a *generalidade* características próprias desse tipo de gênero. A primeira característica diz que o *topos* é universal, pois constitui que “uma comunidade lingüística admite partilhá-lo, uma comunidade à qual pertençam pelo menos aquele que realiza a *demarche* argumentativa e aquela a quem ela é proposta” (Ducrot, 1987: 24). É o conhecimento de mundo que levará os interlocutores a compartilhar os provérbios.

(20) Uma andorinha só não faz verão.

É apontada, neste exemplo, a importância da coletividade, da ação em grupo, mostrando que a ação isolada não consagra um costume.

(21) Em casa de ferreiro, o espeto é de pau.

Neste exemplo, a universalidade é atribuída, quando os interlocutores interpretam o *topos* como: as coisas faltam, onde deveria haver em demasia.

A segunda é a característica geral uma vez que “o princípio deve ser reputado válido, além da situação na qual é aplicado, para um grande número de situações análogas” (*idem*, p. 25).

(22) O que os olhos não vêem, o coração não sente.

(23) Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come.

(24) Cada um por si, e Deus por todos.

Nos exemplos (22, 23 e 24) acima, os enunciados podem ser produzidos em diversas situações equivalentes. Em (22) é de conhecimento geral que, quando alguém não possui consciência do que está ocorrendo, seja bom, seja ruim, não haverá sentimento. Em (23) qualquer escolha abarca o perigo e em (24) reconhece-se que Deus

está ao lado de todos, mas cada um precisa fazer a sua parte.

A gradualidade é a característica “que relaciona duas escalas, duas gradações, entre as quais se estabelece uma correspondência” (*idem*, p. 26), obtendo-se, a partir da gradualidade a noção de formas tópicas distintas.

O caráter gradual dos enunciados apresenta-se através de escalas de forças graduais. Vejam-se os exemplos:

(25) Quem ama o feio, bonito lhe parece. (A beleza não está nos olhos, mas no coração)

Topos: Aquele que ama não vê a imperfeição. O amor só enxerga o belo.

As formas tópicas respectivas para esse provérbio seriam quanto maior o amor, menos importa a beleza; quanto menor amor, mais importa a beleza.

(26) Quem não tem competência, não se estabelece.

Topos: Aquele que não é competente, não cresce, não conquista louros.

No enunciado (26), as formas tópicas que comprovam o *topos* argumentativo são: quanto menos competência, menos se posiciona e se compromete e quanto mais competência maior é o posicionamento, o comprometimento.

(27) Quem planta vento colhe tempestade (Oséias, 8, 7).

Topos: Aquele que busca confusão, recebe problemas.

Neste, há uma advertência àqueles que deliberadamente prejudicam os outros. Quanto mais se prejudica alguém, “cultivando vento” (= tumulto, indecisão), mais será prejudicado, “colhendo tempestade” (= problema) e quanto menos prejudicar, menos será prejudicado. Esse provérbio pode ser ratificado com outro de igual intenção: “Cada um colhe conforme semeia”.

(28) Quem tem telhado de vidro, não joga pedra no vizinho.

(29) Quem tem rabo de palha não se sente junto ao fogo.

Topos: Aquele que possui defeitos, não deve se preocupar

com os defeitos dos outros.

Em (28) e (29) as formas tópicas partem de uma repreensão aos que criticam os defeitos alheios sem olhar os próprios defeitos. *Quanto mais defeitos alguém possui, menos se deve falar dos defeitos alheios. Quanto menos defeitos, mais se pode falar.*

Não só esse tipo de estrutura confere ao provérbio a gradualidade do *topos* argumentativo. Há construções em provérbios com a presença do morfema “até”, acompanhados ou não de “mesmo” ou “que”, que funcionam como operadores que se orientam para o argumento mais forte, como nos exemplos abaixo:

(30) De graça até (mesmo) injeção na testa.

Topos: O que é de graça, ninguém rejeita.

O ditado popular acima relacionado mostra, particularmente, essa gradualidade, possuindo suas formas tópicas em *quanto mais barato produto, melhor, mais as pessoas vão desejá-lo; quanto mais caro, menos as pessoas vão desejá-lo*. Se for de graça, melhor ainda. Nesse caso aceita-se qualquer coisa, até mesmo “injeção na testa”. Não há contestação, pois o enunciador está recebendo sem ônus. Este ditado pode ser comprovado com outro provérbio no qual mais uma vez, por ser de graça, não se deve reclamar: “Cavalo dado não se olha os dentes”.

No próximo exemplo, o operador argumentativo “até” vem acompanhado do conectivo “que”, atribuindo-lhes a graduação desejada para marcar o *topos*.

(31) Água mole em pedra dura tanto bate até que fura.

Topos: Com a persistência, alcança-se o desejo almejado.

Esse provérbio representa que, com insistência e tenacidade, conquista-se o êxito. Suas formas tópicas são representadas por “quanto maior a persistência, mais rápido se obtém o êxito; quanto menos insistência, menor é o êxito.”

O exemplo (32) apresenta o operador “até” desacompanhado de outros conectivos. Vem significando limite, entretanto possui também formas tópicas: “quanto menos se fala, melhor; quanto mais se fala, pior”.

(32) Bom é saber calar até o tempo de falar.

Topos: Deve-se ter certeza antes de falar.

Platão e Fiorin (1991: 281) também mencionam os conectivos “até”, “mesmo” e “até mesmo” como “elementos de coesão” que “servem para estabelecer gradação entre componentes de uma certa escala”, e ainda acrescentam que estes estão no topo da escala.

Além dos operadores “não” e “até”, existem outros que mantêm nos provérbios uma relação de comparação, que deriva uma determinada conclusão. Estes são os que contêm o operador argumentativo “do que” e podem se apresentar em: *Antes A do que B; É melhor A do que B; Mais A do que B*; como se apresentam nos exemplos abaixo:

(33) Antes tarde do que nunca.

Topos: Não se devem perder as esperanças.

(34) Antes perder um amigo (do) que uma boa piada.

Topos: As pessoas piadistas não poupam nem os amigos.

(35) Antes só do que mal acompanhado.

Topos: É preferível estar sozinho a estar acompanhado de alguém desinteressante e problemático.

(36) Antes ser invejado (do) que lastimado.

Topos: O sucesso traz a inveja, o fracasso lástima, compaixão.

(37) É melhor prevenir (do) que remediar.

Topos: Ter cautela é melhor que pagar pelo erro.

(38) É mais fácil aconselhar que ajudar.

Topos: As pessoas querem ajuda, não conselhos.

(39) É melhor uma má acomodação (do) que uma boa questão.

(40) Mais vale um mau acordo que uma boa sentença.

Topos (39 e 40): O acordo é sempre mais vantagem que o litigioso.

(41) Mais vale um pássaro na mão do que dois voando.

Topos: Não se deve desprezar o pouco que se tem, pela esperança de conseguir mais.

(42) Mais vale amigo na praça que dinheiro na caixa.

Topos: Verdadeiras amizades superam riqueza.

Pode-se obter a gradualidade dos provérbios acima citados. Vejamos dois exemplos atribuindo-lhes formas tópicas.

No enunciado do exemplo (35), *quanto mais desagradável é a companhia, menos as pessoas querem ficar perto; quanto mais agradável é a companhia, mais as pessoas querem ficar perto*. No (37) *quanto mais cuidado, menos problemas; quanto menos cuidado, mais problemas*.

A partir dos exemplos acima, observa-se que o valor atribuído a “A” é positivo em relação a “B”, isso ocorre devido à construção da segunda parte dos provérbios com a presença do operador comparativo “do que”.

Toda argumentação deve assentar-se na coerência interna dos argumentos, deste modo o exemplo (43) é um importante modelo de autoridade para quem já não possui mais argumentos.

(43) Faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço.

Esse exemplo possui um operador argumentativo que contrapõe os argumentos, consistindo-se na perspectiva do enunciador generalizado E1, representando um *topos* que direcionará E1 e E2 para conclusões contrárias. O argumento “A” leva a uma conclusão r, mas o argumento “B” é mais forte, levando a uma conclusão não-r.

Em “A”: Faça o que eu digo, tem-se a hipótese da conclusão r: Faça o que eu faço. Entretanto em “B”, com a presença do conectivo, o argumento é decisivo e mais forte em favor de não-r. Outro exemplo pode comprovar a hipótese acima:

(44) Falem mal, mas falem de mim.

Segundo Mira Mateus *et alii* (2003:566), o *mas* é a conjunção mais representativa da contra-expectativa “As conjunções adversati-

vas ou contrajuntivas exprimem prototipicamente um contraste entre os membros coordenados” Na primeira asserção, se alguém vai falar mal, espera-se que não fale de quem está enunciando, todavia esta hipótese é contestada em prol da outra parte do provérbio, a qual possui uma contra-expectativa.

Pôde-se perceber a partir dos exemplos proverbiais citados, que se há como inferir diversas escalas graduais, para justificar o *topos*. Há escalas representativas de “quanto mais, mais”; “quanto menos, menos”; “quanto mais, menos”; “quanto menos, mais” e diversas variações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi visto ao longo deste estudo, a linguagem proverbial é vista como interação social do meio ao qual estamos inseridos, possuindo gratuitamente o caráter persuasivo.

Variadas estratégias são utilizadas como argumentos persuasivos, e muitas delas mesmo sendo indispensáveis para alcançar o resultado esperado pelo enunciador, não são percebidas pelos interlocutores. Ademais, os provérbios e ditos populares em geral não se referem apenas ao folclore de um povo, eles também denunciam o preconceito linguístico, pois se mantêm vivos cada vez que são utilizados num determinado contexto, atualizando-se.

A partir da polifonia proverbial podem-se verificar as várias vozes que argumentam, inferindo aos provérbios e/ou ditos populares a força persuasiva, principalmente com a asserção negativa em que as vozes atribuem opiniões opostas, atribuindo-lhes um *topos*.

Ducrot (1989) revela que o problema apresentado na Teoria da Argumentação é que “as possibilidades de argumentação não dependem somente de enunciados tomados por argumentos e conclusões, mas também dos princípios dos quais se serve para colocá-los em relação”. (Ducrot, 1989: 21)

Tais princípios mencionados por Ducrot (1989) referem-se ao senso comum, a crenças compreendidas numa mesma sociedade. Desse modo, o caminho percorrido da argumentação à conclusão é feito, como se intencionou mostrar, através do *topos*.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

CHARRAUDEAU, Patrick & MANGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

DUCROT, Oswald. Linguagem, Metalinguagem e performativos. **In:** —. *O dizer e o dito* (revisão e tradução). Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.

———. Argumentação e ‘topoi’ argumentativos. **In:** GUIMARÃES, Eduardo (org). *História e sentido da linguagem*. Campinas: Pontes, 1989, p. 13-38.

FIORIN, José Luiz. *Elementos de análise do discurso*. 12ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.

GUIMARÃES, Eduardo. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. 3ª ed. Campinas: Pontes, 2005.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *O texto e a construção dos sentidos*. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2003.

———. *A inter-ação pela linguagem*. 8ª ed. São Paulo: Contexto, 2003.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Campinas: Pontes, 1987.

———. *Elementos de Linguística para o texto literário*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

———. *Análise de textos de comunicação*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SOUZA, Josué Rodrigues de. *Provérbios e máximas: coletânea de provérbios*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.